



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**GT2 Africanidades e Brasilidades em Educação**

**O “NOVO CURRÍCULO” DA SEDU: A EDUCAÇÃO DAS  
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ESPAÇO DOS  
NEGROS NA HISTÓRIA ENSINADA**

Diego Romerito Braga Barbosa<sup>1</sup>

Maria Alayde Alcântara Salim<sup>2</sup>

**Resumo:** Analisa o guia curricular para o ensino de História no Ensino Médio das escolas vinculadas à Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU) relacionando o componente curricular História com a Educação das Relações Étnico-Raciais na EEEFM “Córrego de Santa Maria”, escola pública estadual localizada na zona rural de São Mateus (ES), que atende adolescentes e jovens de 12 das 13 comunidades quilombolas localizadas na territorialidade quilombola do Sapê do Norte mateense.

**Palavras-chave:** Novo Currículo da Escola Estadual da SEDU; ensino de História; Sapê do Norte.

---

1 Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB/CEUNES/UFES); Bolsista de Mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES). E-mail: <[diego.ham@gmail.com](mailto:diego.ham@gmail.com)>.

2 Doutora em Educação (PPGE/UFES); Professora do Departamento de Educação e Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (DECH/PPGEEB/CEUNES/UFES). E-mail: <[malcantara@globocom.com](mailto:malcantara@globocom.com)>.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

### **Apresentação**

O presente texto é parte de um projeto de pesquisa mais amplo, que busca estabelecer diálogos entre narrativas e produções de discursos identitários de estudantes quilombolas com o ensino do componente curricular de História. Com o olhar voltado para a aplicação das políticas e propostas da Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino Médio regular, buscamos a presença de abordagens e conteúdos relacionados ao ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no Conteúdo Básico Comum proposto pelo documento curricular Currículo Básico Escola Estadual (ESPÍRITO SANTO, 2009), também denominado pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo à época de seu lançamento por “Novo Currículo Escolar” ou ainda por “Novo Currículo da Educação Básica”.

Consideramos a Lei 10.639/03 um marco para a construção da política educacional voltada para as Relações Étnico-Raciais, sobretudo no que diz respeito à negritude e à afrodescendência, com a inclusão dos conteúdos de história africana e afro-brasileira nos currículos escolares. A Lei 10.639/03 foi ampliada por outra subsequente, a Lei 11.645/08 que incrementa a abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais à história e cultura dos povos indígenas do Brasil. Essas leis, juntamente com suas diretrizes e resoluções normativas, materiais didáticos e paradidáticos, assim como toda a produção voltada para a questão racial em Educação nos espaços acadêmicos e nos debates gerados em espaços de formação e deliberação docente, compuseram não apenas uma mudança paradigmática nas reflexões sobre o ensino de História no (e do) Brasil, mas representaram também uma grande conquista dos movimentos negros e indígenas, como resultado de uma longa trajetória de lutas em favor da denúncia do racismo e por políticas públicas de igualdade racial em diversos campos das esferas públicas e sociais que atravessaram todo o período republicano brasileiro,



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

como bem detalham Santos (2007) e Gatinho (2008).

Elaborados na década de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 e as Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio de 1998, refletiram muitos dos espaços e propostas em disputa na Educação Básica naquele momento. Observa-se que nos PCNs de 1997 há a proposta de abordagem por temas transversais, dentre os quais inclui-se o tema “pluralidade cultural”. A esse tema estava reduzido quase todo o debate sobre diversidade étnico-racial, assim como os temas vinculados à negritude e à afro-descendência. Gontijo (2009) destaca que o texto do PCN, em relação ao tema transversal “pluralidade cultural”, propõe a ruptura com o “mito da democracia racial” reproduzido historicamente na educação escolar brasileira, em um processo de direcionamento ao “reconhecimento” e “valorização” das culturas dos “grupos minoritários que compõem o Brasil”, aproximando-se da “doutrina do multiculturalismo” (GONTIJO, 2009, p.65).

Os PCNs de 1997 reproduziam a diferenciação entre o que seria “uma identidade nacional” e as “culturas dos grupos minoritários”, que deveriam ser “reconhecidos e valorizados” enquanto um patrimônio. Essa perspectiva ainda era distante dos objetivos de uma educação antirracista, da equalização dos conteúdos curriculares com a inserção dos conteúdos de História Africana e Afro-Brasileira nas grades curriculares e na implementação de políticas afirmativas para a educação da população negra, como era reivindicado por diversos movimentos de negritude durante todo o século XX (SANTOS, 2007).

O Novo Currículo da Educação Básica da SEDU, elaborado entre os anos 2004 e 2009, constitui uma importante referência para observar os espaços reservados a construção e reprodução dos discursos identitários vinculados à negritude e à



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

afro-descendência na Educação Básica, uma vez que o documento foi construído já no contexto das políticas educacionais para as relações étnico-raciais, definindo o Conteúdo Básico Comum (CBC) das disciplinas escolares e componentes curriculares da Educação Básica nas escolas da rede pública estadual do Espírito Santo a partir de 2009.

### **Conhecendo o Novo Currículo da Educação Básica**

Em sua apresentação, o documento de diretrizes curriculares para o ensino de Ciências Humanas no Ensino Médio evidencia o compromisso da Secretaria de Estado da Educação (SEDU) em

[...] garantir não apenas a gratuidade e a obrigatoriedade escolar como um direito fundamental e legítimo, mas, sobretudo, para viabilizar o acesso com permanência e qualidade das aprendizagens, conforme os termos constitucionais, garantindo ainda **pluralismo** e **democracia** no processo de definição das políticas educacionais (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 11, grifo nosso).

Há, no texto de apresentação, a valorização do processo de avaliação interna, da promoção de seminários entre os anos de 2004 e 2006, com a participação direta de cerca de 1.500 profissionais da Educação que orientaram a elaboração do documento curricular à superação do conhecimento desvinculado da prática reflexiva com a "práxis social", que traduzem-se na construção de "identidades mais elevadas moral e intelectualmente" (ESPÍRITO SANTO, 2009, p.13).

O termo "identidade" é citado algumas vezes como algo indissociável e, muitas vezes como uma finalidade do próprio currículo:

É sabido que a maior transformação da dinâmica escolar acontecerá por meio do currículo. O currículo é a materialização do conjunto de conhecimentos necessários para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos intelectualmente



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

autônomos e críticos. Portanto, **o currículo forma identidades que vão sendo progressivamente construídas**, por meio dos conhecimentos formalmente estabelecidos no espaço escolar, por meio de atitudes, valores, hábitos e costumes historicamente produzidos que, muitas vezes, passam de forma subliminar nas práticas pedagógicas (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 12, grifo nosso).

Compreendemos o caráter político da identidade, enquanto recurso discursivo de identificação, assim como o caráter político da identificação, enquanto processo de subjetivação. Em estudos sobre as identidades, Hall (2014) propõe importância "irredutível" do termo *identidade* para discutir a questão da "agência" – que se constitui no sujeito da ação social e que envolve a percepção de "subjetividade" dos sujeitos – e da política:

[...] Por política entendo tanto a importância – no contexto dos movimentos políticos em suas formas modernas – do significante "identidade" e de sua relação primordial com uma política de localização, quanto as evidentes dificuldades e instabilidades que têm afetado todas as formas contemporâneas da chamada "política de identidade" [...] (HALL, 2014, p. 104).

A definição do CBC, Conteúdo Básico Comum, para as disciplinas da Educação Básica, passou a definir 70% dos conteúdos de cada componente curricular e passou a constituir-se em um referencial de avaliação do desempenho docente. Para o Ensino Médio, as categorias norteadoras do CBC são a *ciência*, a *cultura* e o *trabalho*. O Novo Currículo traz as seguintes definições dessas categorias:

[...] O conceito de **ciência** remete a conhecimentos produzidos e legitimados ao longo da história, como resultados de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais. A **cultura** deve ser compreendida no seu sentido mais ampliado, ou seja, como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida de uma população determinada. O **trabalho** é aqui concebido como dimensão ontológica, como forma pela qual a humanidade produz sua própria existência na relação com a natureza e com seus pares e, assim, produz conhecimentos [...] (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 14, grifo do autor).



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Ramos (2004) observa que o Ensino Médio no Brasil esteve, durante toda a sua história, relacionado com o mercado de trabalho e à formação de mão de obra para os diversos postos de trabalho. Nesse sentido a autora afirma que

Na organização do ensino médio, superando-se a disputa com a educação profissional, mas integrando-se seus objetivos e métodos em um projeto unitário, ao mesmo tempo que o **trabalho** se configura como princípio educativo – condensando em si as concepções de **ciência** e **cultura** –, também se constitui como contexto, que justifica a formação específica para atividades diretamente produtivas. O mesmo se pode dizer da ciência e da cultura. Além de princípios, esses também podem se constituir como contextos configurando-se como atividades propriamente científicas e propriamente culturais (RAMOS, 2004, p.48, grifo nosso).

De acordo com essa proposta curricular, ainda há o percentual de 30% dos conteúdos curriculares que estaria reservado à "realidade sociocultural da região onde a unidade escolar está inserida" (ESPÍRITO SANTO, 2009, p.14). Concordamos com Silva (1999) na perspectiva do currículo enquanto um campo de disputas estratégico, pois, sendo um gerador de discursos, representações e sentidos sobre os campos político, social e cultural, estabelece diferenças e constitui relações hierárquicas, produzindo identidades (SILVA, 1999, p. 12).

Nesse sentido, o capítulo 1 *O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR* reitera o processo de construção democrática do documento curricular entre os anos de 2004 e 2008 através de um amplo processo de debates, análise e produções com a participação de educadores de cada área, sendo muitos destes "[...] referência de cada disciplina e por SRE, considerando situação funcional, formação acadêmica e atualização permanente, exercício constante de uma prática pedagógica inovadora [...]" (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 21). Tal atenção ao processo de construção do documento, mais do que evidenciar a trajetória democrática de construção do texto curricular,



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

busca reafirmar discursivamente a proposta de Educação democratizante e inclusiva preconizada pelo documento, ademais de obter junto ao segmento docente a receptividade de propostas curriculares elaboradas em conformidade com a própria experiência docente, evidenciada pela participação dos “112 professores referência da rede estadual” em sua elaboração (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 22).

O capítulo 2 *PRESSUPOSTOS TEÓRICOS* aborda os princípios norteadores como "valorização e afirmação da vida", "reconhecimento da diversidade na formação humana", "a educação como bem público", "a aprendizagem como direito do educando" e, novamente "a ciência, a cultura e o trabalho como eixos estruturantes do currículo". Um tópico, particularmente vai ao encontro da Educação das Relações Étnico-Raciais, que é o que trata do "reconhecimento da diversidade na formação humana". Neste pressuposto, o documento expressa, brevemente, a diversidade humana enquanto condição biológica e cultural da humanidade, ancorando a questão a partir de uma perspectiva crítica no enunciado:

Superar as diversas formas de exclusão, de dominação e discriminação é oportunizar que a diversidade seja vivida, experienciada por e com todos os sujeitos por meio do acesso e da troca de informações, pela compreensão dos direitos e deveres do cidadão e pelo exercício da autonomia necessária para a vida social [...] (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 23).

Ao eleger **o aluno** enquanto o principal sujeito da ação educativa, o texto do documento curricular levanta as seguintes reflexões:

[...] Quem é esse sujeito que se encontra imerso em um mundo contemporâneo e vem de diferentes origens sociais e culturais? Quais são os alunos e quais são, hoje, suas relações com a sociedade e com a instituição escolar? Esse sujeito está aprendendo na escola? Utilizamos a linguagem correta para cada tempo da vida humana, para fazer do ambiente físico e social da



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

escola um local de aprendizagem? (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 30).

Sendo uma etapa da vida de forte relação com a construção identitária, o documento aponta que "a juventude é marcada pela busca da diferença e originalidade, o desejo de impactar, de provocar contrastes [...]" (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 33). Etapa marcada por "conflitos", pela participação em movimentos aos quais a sociedade diverge em opiniões e, muitas vezes, rotula por "desordeiros", "transgressores" ou "rebeldes". Essas são algumas das expressões pelas quais o Novo Currículo caracteriza a adolescência e a juventude, momento da vida no qual acentuam-se também o sentimento de identificação com alguns grupos sociais e a partir desta identidade, o estabelecimento de novas relações com a instituição escolar, como propõe o documento:

"Ser jovem na periferia ou no campo, e ser mulher jovem ou ser jovem negro, da classe média e trabalhadora, são todas identidades possíveis e relacionais, resultantes da competição de símbolos por parte dos movimentos e grupos sociais. Há também uma distinção entre o que o jovem espera da escola como espaço de convivência e sua percepção sobre o papel da escolaridade na vida adulta (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 33).

O capítulo 3 *A DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO HUMANA* dá mais atenção ao princípio norteador que destacamos anteriormente. Após apontar a diversidade enquanto constituição histórica, social e cultural de toda a humanidade, o texto aponta para a questão da diversidade biológica, incluindo neste âmbito de diversidade os diferentes sujeitos portadores de deficiências (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 35).

Entrelaçando a questão da diversidade com o debate curricular, o documento abre uma reflexão a respeito dos vários campos nos quais essa temática se apresenta no contexto educacional, como as diversidades socioculturais, biológicas, políticas, estéticas, éticas, epistemológicas, tanto no que diz respeito



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

aos seres humanos envolvidos nos processos educacionais, quanto em relação aos saberes e conhecimentos que constituem elemento indissociável do esquema ensino-aprendizagem e da própria proposta curricular. Nesse sentido, o texto aponta a diversidade enquanto elemento fundamental para o "campo da ética como processo de formação humana", "para a formação dos educandos numa perspectiva de cidadania mais plena" e ainda "[...] para uma educação inclusiva que propõe o rompimento do ciclo de exclusão [...]" (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 36). Dessa maneira

O currículo deve, portanto, contemplar o ser humano em sua complexidade e dimensões que compõem sua realidade objetiva de vida – tanto dentro quanto fora da escola – destacando-se as questões ambientais, as relações étnico-raciais, a cultura de paz, os direitos humanos, a sexualidade, a ética e cidadania, dentre outras, como questões inerentes ao currículo escolar, contribuindo de fato para a formação humana (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 36-37).

O Novo Currículo da SEDU traz nos subtópicos deste terceiro capítulo as particularidades dos sujeitos educandos de algumas modalidades da Educação Básica, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação do Campo dentre outras propostas educacionais, como a Educação Especial, a Educação Ambiental e a Educação das Relações Étnico-Raciais. Neste último tópico o subtítulo evidencia a atenção da abordagem: "afro-brasileiros" e "indígenas".

Indicando referenciar-se pela Lei 10.639/03, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação), o documento curricular apresenta dados nacionais e estaduais sobre o percentual populacional negro e sobre a acentuada exclusão da juventude negra do acesso ao ensino superior: no ano de 2004, de acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 2% dos jovens negros tinham



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

acesso ao Ensino Superior, sendo que, no Espírito Santo, mais de 56% da população é composta por negros. Afirma também as "[...] especialidades, das pluralidades e da identidade brasileira, pois o Brasil é um país pluriétnico e multicultural" (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 42).

O tópico não ocupa uma página do texto do Novo Currículo e, ademais dos apontamentos identificados acima, não faz mais que apontar superficialmente que o ensino de história e cultura afro-brasileira é uma "resposta às demandas da população afrodescendente" e a busca da superação da "lógica pautada no pensamento eurocêntrico e americano do não reconhecimento de outras culturas étnicas: indígenas, africanas e asiáticas" para o aprendizado da convivência e de "[...] aceitar as diferenças étnico-raciais indígena, africana, europeia e asiática, que formam a população brasileira" (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 43).

Quanto aos conteúdos de história cultura africana e afro-brasileira presentes na listagem do Conteúdo Básico Comum, observamos que, na proposta curricular para o 1º Ano, dois conteúdos propostos abrem mais possibilidade direta de relacionamento com a abordagem da Educação das Relações Étnico-Raciais, embora não tratem especificamente de história africana ou afro-brasileira, que são "Escravidão e Servidão" no tópico 1) *Relações de Trabalho, Relações de Poder* e o conteúdo "Movimentos sociais, as festas das minorias, as festas do trabalhador", no tópico 3) *Mundo das Festas* (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 85-86).

No entanto, ambas as propostas deixam ambiguidade para a abordagem, uma vez que os conteúdos de 1º ano tratam apenas da escravidão na antiguidade clássica europeia e na transição dessa instituição para o regime do *colonato* e da servidão medieval, também europeia. Todavia a escravidão moderna de africanos por europeus pode ser abordada como elemento de análise e diferenciação. No tocante ao tema Festas, a proposta de abordagem "festas das minorias" não deixa



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

evidente se o documento considera os afro-brasileiros enquanto uma minoria social. Sendo ainda notável a ausência da referência explícita às festas de tradição negra-rural, como os congos, jongos, ticumbis, reis de bois, folias, dentre outras que constituem as manifestações festivas de maior evidência e originalidade presentes no território espírito-santense.

Na proposta de conteúdos para o 2º ano do Ensino Médio há a proposta dos conteúdos “Escravos islâmicos no Brasil”, “O Pós-Guerra e o redesenho dos países na África e na Ásia: conflitos étnicos e religiosos.” e “As colônias francesas e inglesas no norte da África” no tópico 1) *As relações do Oriente Islâmico com o Ocidente*. As demais propostas, relacionadas a questões de gênero, sexualidade, religiosidade e moda, podem constituir-se lócus de abordagens étnicas e afro-brasileiras, no entanto, não trazem esta abordagem como subtópico proposto, embora conste dentre as *Habilidades* a serem desenvolvidas nos estudantes desta série “Respeitar as diversidades étnicas, religiosas, sexuais, classistas e geracionais, reconhecendo-as como construções históricas e manifestações culturais” (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 87).

Dentre os conteúdos propostos para o 3º ano há a presença de mais alguns temas relacionados à história e cultura africana e afro-brasileira, como a sugestão das figuras de Zumbi dos Palmares e Caboclo Bernardo no conteúdo “Os discursos nacionalistas: conteúdo simbólico e a construção de heróis”, juntamente com “Estados e disputas étnicas (independência das colônias africanas e o apartheid)” no tópico 1) *Nações e Nacionalismos*. No tópico seguinte, 2) *Colonizações e Resistências*, observa-se a proposta do conteúdo “A resistência negra na África do Sul”, encerrando assim as propostas de abordagens aos conteúdos de história e culturas africanas e afro-brasileiras.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

### **Apontamentos finais**

Observamos, portanto, que embora o documento se proponha no nível do discurso a promoção de uma Educação Básica democrática e inclusiva, que contemple os diversos sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem, o espaço destinado à história e cultura africana e afro-brasileira no Novo Currículo da SEDU para o Ensino Médio está sugerido em cinco dos quarenta e três conteúdos propostos no CBC deste documento. Notamos também a evidente sujeição destes temas à história pela perspectiva eurocêntrica, pela qual as culturas e eventos referentes aos povos africanos e indígenas são abordados em função da exploração, conquista, colonialismo e independência de seus territórios em relação aos países europeus, com destaque aos temas “colonialismo”, “escravidão” e “*apartheid*”.

Rompe-se com a abordagem de uma história linear, mas mantém-se a lógica de uma história da humanidade cujo ponto de partida são as grandes civilizações euro-asiáticas e cuja culminância é a sociedade capitalista industrial globalizada e suas instituições sociais e econômicas ocidentais. Permancem os questionamentos quanto à aplicação real dos conteúdos que representam o ser humano negro, africano, afro-brasileiro, afro-ameríndio no componente curricular História e da construção da Educação das Relações Étnico-Raciais no cotidiano do Ensino Médio regular da rede pública estadual de ensino.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Ensino Médio:** área de Ciências Humanas. Vitória: SEDU, 2009.



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL  
AFRICANIDADES E BRASILDIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA  
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016  
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

GATINHO, Andrio Alves. **O Movimento Negro e o processo de elaboração das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais**. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. p. 55-79.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC; SEMTEC, 2004. p. 37-52.

SANTOS, Sales Augusto. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. 554 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Prefácio. In: RIBEIRO, Matilde (Org.). **As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Perseu Abramo, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.